RELATÓRIO TRIMESTRAL DE MONITORAMENTO

Jan a Set/2020

Política de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais

Coordenação-Geral de Gestão Ambiental - CGGAM/DPDS/FUNAI/MJ

Brasília-DF, 09 de outubro de 2020

O Relatório de Monitoramento Trimestral (RMT) ora apresentado refere-se à execução da Política de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais (PGSRN), sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Gestão Ambiental (CGGAM). A meta estabelecida pela PGSRN é "**Recuperar 150 hectares de áreas degradadas em Terras Indígenas até 2023, em diálogo com instrumentos de gestão ambiental e territorial e em articulação com políticas ambientais**."

INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO

Para execução das atividades previstas com o orçamento da União, segue informação quanto aos instrumentos de execução:

Convênio – Não se aplica

TED – Não se aplica

Contratos Uso Direto – As ações da CGGAM são, em sua maior parte, realizadas pelas unidades descentralizadas da Funai (Coordenações Regionais e Coordenações Técnicas Locais) por meio da descentralização de recursos. Ressalte-se que os contratos da Sede utilizados este ano têm relação com o apoio para deslocamento de servidores (diárias, combustíveis e passagens) para atividades de campo. A título de informação, seguem abaixo os principais itens contratados pelas Coordenações Regionais em apoio à execução do recursos descentralizados:

- Aquisição de Insumos: mudas, sementes, ferramentas, material de acondicionamento e embalagem, material para manutenção de bens imóveis/instalações (estufas e viveiros);

- Despesas com passagens para deslocamento de servidores e colaboradores;

- Despesas com diárias para servidores e colaboradores;

- Auxílio a pessoas físicas (auxílio indígena);

- Aquisição/Fornecimento de alimentos para atividades coletivas realizadas nas aldeias;

- Aquisição de combustível, peças para veículos e manutenção de veículos para viabilizar o deslocamento de servidores e provimento de apoio logístico às atividades programadas.

Outros – O Projeto de Cooperação Internacional nº BRA/13/019, alocado na Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável, atende a CGGAM por meio de editais de projetos ou de contratação de consultorias via licitação ou processo seletivo. Para as ações de recuperação de áreas degradadas, ainda não foram executados recursos nestes primeiros três trimestres de 2020, os quais foram dedicados à elaboração dos instrumentos que resultarão na realização de projetos de recuperação da vegetação nativa nos biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica, bem como na contratação de serviços de consultoria para capacitação de servidores da Funai e de indígenas na temática.

Situação / Total de Instrumentos:

- Convênio: não se aplica
- TED: não se aplica
- Contrato (doações) – Não se aplica
- Contrato (uso próprio) – Não foi possível levantar o nº de contratos junto ao SIADI
- Transferência Fundo a Fundo: Não se aplica.
- Emenda Parlamentar: Não se aplica
- **Valor Total:** Durante os 3 primeiros trimestres de 2020 **foram liquidados R$ 52.483,90** em ações e projetos que contribuem para o alcance da meta/indicador estabelecido na PGSRN. Uso próprio - Fonte: SIAFI GERENCIAL do dia 30/09/2020.

Instrumento	Total de Instrumentos	Situação (% total instrumentos)	Emenda Parlamentar (% do valor total)	Valor Total
Convênio	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TED	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Contrato - Aquisição Direta (doações)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Contrato - Aquisição Direta (uso próprio)	Não foi possível levantar o nº de contratos junto ao SIADI	Não foi possível levantar a situação dos contratos junto ao SIADI	Não se aplica	R$ 52.483,90
Transferência Fundo a Fundo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Outros	Projeto de Cooperação Técnica Multilateral com PNUD - BRA 13/019 PNGATI	100% em execução	Não se aplica	0

Fonte: SIAFI Gerencial 30/09/2020.

INDICADORES

Indicador e meta da Política

Nome do Indicador : Recuperar 150 hectares de áreas degradadas em Terras Indígenas até 2023, em diálogo com instrumentos de gestão ambiental e territorial e em articulação com políticas ambientais				Meta			Resultado		
Fórmula de Cálculo	Polaridade	Fonte da coleta	Periodicidade da coleta	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Σ de hectares recuperados em terras indígenas	+	RAE	Trimestral	0	0	50 ha	0	1,2 ha	
Data da Última Coleta	30/09/2020								

Obs.:

1) Não houve indicação de Meta referente ao ano de 2019 em função da CGGAM monitorar outros indicadores definidos no âmbito do PPA 2016-2019.

2) A meta de recuperação 150 hectares de áreas degradadas em Terras Indígenas foi definida somente em meados do ano de 2020, no âmbito do detalhamento do planejamento estratégico da Funai para 2020-2023 e do PPA 2020/2023, bem como no contexto da pandemia de COVID-19, levando à indicação de Meta 0 para o ano de 2020; no entanto, mesmo com o cenário de pandemia houve obtenção de resultado positivo de 1,2ha.

3) As ações e projetos relacionados à meta de recuperação de 150 hectares de áreas degradadas em Terras Indígenas foi afetada diretamente pela pandemia de COVID-19.

Sistema de monitoramento interno da Política:

Nome do Indicador:				Meta			Resultado		
Fórmula de Cálculo	Polaridade	Fonte da coleta	Periodicidade da coleta	2019	2020	2021	2019	2020	2021
			Trimestral						
Data da Última Coleta									

Obs.: Considerando a intempestividade da definição da meta da Política de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e que o sistema de monitoramento está em aprimoramento, optou-se por apresentar apenas informações relativas ao indicador apresentado para a Política. As informações detalhadas de outros indicadores do sistema de monitoramento interno serão apresentadas no próximo RMT.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

No âmbito da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável (DPDS) e por meio da Cooperação Internacional com a Cooperação Técnica Alemã (GIZ), está sendo estruturado **o Projeto de *Business Intelligence* com foco na Gestão Territorial e Ambiental e na Promoção ao Etnodesenvolvimento.** Essa ação envolve modelagem e implementação de Banco de Dados relacional SQL, DataWarehouse, ferramentas ETL, OLAP e mineração de dados, contemplando licenças de uso como parte necessária para o desenvolvimento da solução global**.**

Essa ferramenta tem o objetivo de armazenar, sistematizar e relacionar as informações contidas nos bancos de dados das Coordenações-Gerais da DPDS (como PATs, RAEs, planilhas, mapas etc.) visando gerar análises e produzir relatórios integrando os diversos aspectos dos territórios indígenas para subsidiar as tomadas de decisão dos gestores na execução das políticas públicas.

Nesse primeiro momento, a Coordenação de Planejamento em Gestão Territorial e Ambiental - COPLAM/CGGAM está em processo de estruturação de seus bancos de dados de instrumentos de gestão territorial e ambiental (IGATI's), em parceria com a organização *The Nature Conservancy* (TNC), visando adequar aos formatos necessários para sua inserção na ferramenta de BI. Posteriormente, tanto as Coordenações Internas da CGGAM quanto demais Coordenações-Gerais da Funai poderão adaptar seus bancos de dados ao formato requerido na ferramenta de BI, também integrando suas informações.

ANÁLISE DO RESULTADO

Durante os três primeiros trimestres do ano de 2020, foram apoiadas 9 ações/projetos que contribuem para o alcance da meta estabelecida na PGSRN. Tais ações/projetos abrangeram 25 terras indígenas (TIs), 7 Coordenações Regionais da Funai, 6 unidades federativas (RO, ES, MT, TO, RJ, SP) e 3 biomas (Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica).

1. Levantamento Ambiental das TIs Rio Mequéns e Kwazá do Rio São Pedro, estado de Rondônia, para subsidiar a implementação de sistemas agroflorestais (SAF's) voltados à recuperação de áreas degradadas.

2. Mutirão de reflorestamento de nascente na Aldeia Porteira, TI Xerente, estado de Tocantins, com plantio de 600 mudas.

3. Mutirão para manejo e manutenção dos SAF's e instalação de sistema de irrigação por gotejamento nas TIs São Marcos e Sangradouro, estado de Mato Grosso, numa área de aproximadamente 1,2 hectares.

4. Plantio de 657 mudas e manutenção de plantios em áreas de nascente e do viveiro na TI Maraiwatsede, estado de Mato Grosso.

5. Aquisição de 1.000 mudas de buriti para adensamento florestal e manejo sustentável na TI Enawenê Nawê, estado de Mato Grosso.

6. Levantamento de informações sobre os plantios e cercamentos já realizados pelo programa Reflorestar nas TIs do

estado do Espírito Santo, com o intuito de fortalecer e dar continuidade à execução das ações de recuperação.

7. Implementação de ações do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Guarani de Bracuí, estado do Rio de Janeiro, relacionadas à recuperação, à produção e plantio de mudas de espécies nativas e frutíferas.

8. Construção de estufas, promoção de Oficina de produção de caldas biofertilizantes e caldas defensivas orgânicas, cercamento de nascentes e continuidade do Projeto POTY de conservação e recuperação de orquidáceas e bromeliáceas nas TIs Guarani de Barão de Antonina, Icatu, Tekoa Paranapuã, Peruíbe, Tangará, Paraíso, Rio Branco de Itanhaém e Itaoca, todas localizadas no estado de São Paulo.

9. Fomento ao plantio de frutíferas nativas da mata atlântica em áreas degradadas, com potencial aplicação em recuperação de nascentes nas TIs Pakurity, Jaraguá, Serra do Itatins e Parati-Mirim, que abrangem os estados de SP e RJ**.**

Como pode ser observado, para o presente momento de elaboração do Relatório não foi possível precisar, para todas as ações e projetos apoiados, o tamanho das áreas que estão em processo de recuperação. Espera-se que essa informação seja obtida e aprimorada nos próximos RMT's.

Situações que impactaram positivamente:

Entre as situações que impactaram positivamente a atuação da CGGAM destacamos:

- O Aprimoramento de Instrumentos de Trabalho já utilizados, mais especificamente Plano Anual de Trabalho (PAT), Relatório Atividades Realizadas (RAE) e Planilha de controle interno de descentralizações, permitindo a sistematização de informações de forma mais qualificada e objetiva e contribuindo para maior efetividade no monitoramento e prestação de contas dos resultados alcançados pelas atividades apoiadas pela CGGAM.
- O incremento recente no quadro de servidores da CGGAM.
- A maior aproximação, diálogo e articulação da CGGAM com as unidades descentralizadas, especialmente com os Serviços de Gestão Ambiental e Territorial (SEGAT's).

Situações que impactaram negativamente:

A Pandemia COVID-19 inviabilizou grande parte das ações da CGGAM planejadas junto às Coordenações Regionais devido à necessidade de isolamento social de indígenas e servidores, impedimento de atividades envolvendo aglomeração de pessoas (que ocorre na maioria das ações e projetos da Coordenação) bem como o redirecionamento dos esforços das unidades descentralizadas para as ações de enfrentamento à pandemia e seus efeitos sobre as comunidades indígenas, como a implementação de barreiras sanitárias, distribuição de EPIs e fornecimento de cestas básicas para garantir a segurança alimentar.

Soluções elaboradas para enfrentar os pontos negativos:

Quanto às estratégias para enfrentar este ponto negativo, houve uma avaliação acerca da possibilidade de a CGGAM descentralizar recursos para as ações de enfrentamento da pandemia. No entanto, por uma orientação da DPDS, os esforços para o enfrentamento da pandemia, no âmbito da diretoria, ficariam centralizados na Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos Sociais (CGPDS) e Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento (CGETNO).

Ainda, neste esforço de execução dos recursos na busca do cumprimento da meta, foram enviadas mensagem SIAFI às Coordenações Regionais no sentido de mapear processos já existentes ou em vias de contratação de aquisições de insumos, para uso no corrente exercício e em 2021, numa tentativa de já antecipar processos e consequentemente ganhar tempo na execução das atividades em 2021, pós pandemia COVID. Adicionalmente a mensagem SIAFI, foram emitidos Ofícios às Coordenações Regionais no sentido de informar os recursos disponíveis; bem como, para informação e monitoramento da execução dos recursos descentralizados, possibilidades de execução, dificuldades encontradas (ainda em processo de recebimento das respostas).

RISCOS

Na tabela de gestão de riscos construída no Formulário de Detalhamento da Política de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais (copiada abaixo) estão **em negrito** os principais riscos monitorados e para os quais foram implementados artefatos de controle, descritos logo em seguida.

Matriz de riscos:

Tipo de Risco (1) Operacional (2)Imagem /re putação do órgão (3) Legais (4)Financeiros /orçamentá rio s (5) Integridade	Evento de Risco	Gravidade (impacto potencial)	Tendência (probab. de ocorrer)	Plano de Contingência	Resposta ao Risco: (1) Aceitar o risco (2) Reduzir o risco (3) Transferir o risco (4) Evitar o risco
4	**Insuficiência de recursos financeiros**	**Alto**	**Alta**	**Identificar e consolidar fontes alternativas de apoios financeiros.**	**2**
1	Insuficiência de recursos humanos e sua distribuição desapropriada da força de trabalho	Alto	Alta	Realizar Concurso Público. Realizar Concurso Interno de Remoção. Identificar e consolidar parcerias referentes a cooperações técnicas.	2
1	**Insuficientes procedimentos, mecanismos, instrumentos e rotinas de coleta, tratamento e análise de dados e informações produzidos**	**Médio**	**Média**	**Implantar rotinas, práticas, procedimentos e instrumentos de coleta, tratamento e avaliação de dados e informações pertinentes à gestão sustentável dos recursos naturais. Identificar e compatibilizar fontes de dados já existentes.**	**2**
1	A alta rotatividade das equipes de ponta, somada à deficiência numa cultura de formação e capacitação em gestão territorial e ambiental de terras indígenas a adoção das diretrizes, processos e procedimentos da política pública, por parte das CRs e CTLs.	Médio	Média	Promover espaços de discussão e de implementação de políticas públicas; realização de intercâmbios. Normatização de políticas de recursos humanos, de transferência e de progressão funcional, de forma a favorecer a permanência do Servidor nas Unidades Regionais Descentralizadas. Efetivação de um Plano de Carreira para os servidores da Funai.	2 2 2
1	Problemas (logísticos/operacionais/ administrativos) relativos à execução finalística das ações de gestão sustentável dos recursos naturais	Alto	Médio	Aprimorar mecanismos de gestão administrativa. Aprimorar a comunicação com as Unidades Regionais. Concentrar/Unificar os processos e procedimentos de aquisição de materiais, de equipamentos e de pagamento de serviços.	3 3 3
1	**Baixa apropriação (por parte da Funai e/ou outros órgãos) acerca da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)**	**Alto**	**Alta**	**Aprimorar mecanismos de formação e informação sobre a Política voltados ao servidores e demais órgãos que desenvolvem ações afetas à mesma.**	**2**

1	**Baixa apropriação (por parte da Funai e/ou outros órgãos) dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental a serem executados**	**Alto**	**Alta**	**Promover a divulgação dos PGTAs e demais instrumentos de gestão territorial e ambiental na Funai e nos demais órgãos que desenvolvem ações afetas ao tema.**	**2**
1, 2	Dificuldades operacionais em se manter espaço institucional e participativo de formulação, coordenação e de avaliação da implantação da política indigenista	Médio	Alta	Promover espaços interinstitucionais de concertação.	2
1, 5	Terras indígenas ocupadas por não-indígenas (intrusadas)	Alto	Alta	Encaminhar para instâncias competentes casos de irregularidade reportados.	3

Artefato de controles implementados:

Insuficiência de recursos financeiros: a Funai firmou alguns Acordos de Cooperação com Organizações Internacionais que poderão alavancar recursos para a execução de atividades que contribuirão para o cumprimento da meta. Estes recursos serão aplicados diretamente, sem repasse de recursos para a Funai (USAID, KFW).

Insuficientes procedimentos, mecanismos, instrumentos e rotinas de coleta, tratamento e análise de dados e informações produzidos: Em curso elaboração de um sistema de Business Inteligence no âmbito da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável (DPDS) com foco na gestão territorial e ambiental e na promoção ao etnodesenvolvimento. Espera-se a conclusão do mesmo em meados de 2021. Auxiliará no registro das informações e emissão de relatórios informativos.

Baixa apropriação (por parte da Funai e/ou outros órgãos) acerca da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI): Este semestre iniciou-se o curso Formar Planejamento voltado ao estudo de conceitos e ferramentas de planejamento para gestores públicos, além de alguns gestores de organizações indígenas, tendo por foco a execução da PNGATI especialmente na região do Sul do Amazonas. Nesse curso há participação de servidores da CGGAM no apoio à elaboração e também na condição de cursistas. Também, está em desenvolvimento o Curso de PNGATI EaD em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. O curso prevê 08 módulos independentes abordando o histórico de construção e os eixos da PNGATI, visando qualificar a atuação técnica de servidores em indígenas na execução dessa política pública.

Baixa apropriação (por parte da Funai e/ou outros órgãos) dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental a serem executados: Em curso processo de seleção de uma consultoria, no âmbito do ACT entre a FUNAI e TNC para levantamento das informações dos instrumentos de gestão existentes nas Terras Indígenas, os quais poderão indicar a priorização de áreas para recuperação ambiental. Estas informações serão inseridas no *Business Inteligence* da DPDS. Conclusão desta etapa 1º trimestre 2021.

CONCLUSÃO

Considerando a definição tardia da meta da Política de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais (junho/2020), bem como o cenário de pandemia que restringiu sobremaneira a execução de ações de gestão ambiental nas terras indígenas, particularmente daquelas relacionadas à meta da PGSRN, entende-se que os resultados alcançados são satisfatórios uma vez que, durante os três primeiros trimestres do ano de 2020, foram apoiadas 9 ações/projetos que contribuem para o alcance da meta estabelecida na PGSRN. Tais ações/projetos abrangeram 25 terras indígenas, 7 Coordenações Regionais da Funai, 6 unidades federativas (RO, ES, MT, TO, RJ, SP) e 3 biomas (Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica). Para os próximos exercícios, espera-se uma ampliação considerável das ações/projetos atinentes à meta da PGSRN, tendo sido prevista, inclusive, no quadro de indicador e meta da Política presente neste RMT, a recuperação de 50 hectares para cada um dos anos seguintes, de 2021 a 2023. Por fim,

destaca-se que o sistema de monitoramento interno da CGGAM está em aprimoramento e, assim, informações mais precisas e robustas sobre o monitoramento da meta poderão ser apresentadas nos próximos RMTs, bem como informações detalhadas de outros indicadores do sistema de monitoramento interno.